
A CO-CRIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
THE CO-CREATION OF LOCAL DEVELOPMENT
LA CO-CREACIÓN DEL DESARROLLO LOCAL

Daniela Grignoli
Università Degli Studi del Molise - Itália

Tradução: Marcos Saquet, do original - Grignoli, Daniela (2019). La co-creazione dello sviluppo locale. In: Grignoli, D., Bortoletto, N. (Ed). *Dal locale al globale e ritorno: nuovi paradigmi e nuovi modelli di azione*. Milano, Franco Angeli, p. 25-38.

Resumo

Nesta instigante reflexão, aborda-se o debate sobre a problemática do desenvolvimento numa perspectiva sociológica, porém, dialogando com outras áreas do conhecimento; problematiza-se a ciência moderna, as diferentes formas de desenvolvimento a partir da globalização, o desenvolvimento local e, por fim, destaca-se a centralidade da comunidade e da inovação na co-criação do desenvolvimento de uma forma horizontal e participativa.

Palavras-chave: Ciência. Desenvolvimento. Local. Co-criação. Comunidade.

Abstract

In this thought-provoking reflection, the debate on the problem of development is approached from a sociological perspective, however, in dialogue with other areas of knowledge; modern science, different forms of development from globalization, local development are problematized and, finally, the centrality of community and innovation in the co-creation of development in a horizontal and participatory way is highlighted.

Key-words: Science. Development. Local. Co-creation. Community.

Resumen

En esta sugerente reflexión, el debate sobre el problema del desarrollo es abordado desde una perspectiva sociológica, sin embargo, en diálogo con otras áreas del saber; se problematizan la ciencia moderna, las diferentes formas de desarrollo a partir de la globalización, el desarrollo local y, finalmente, se destaca la centralidad de la comunidad y la innovación en la co-creación del desarrollo de forma horizontal y participativa.

Palabras clave: Ciencia. Desarrollo. Local. Co-creación. Comunidad.

1. Sociologia, ciência e desenvolvimento

A sociologia que tem suas origens no século XVIII põe, desde os seus primórdios, desafios inéditos e ambiciosos por meio dos quais é possível determinar cientificamente a relação existente entre os diversos fenômenos sociais e a evolução da sociedade. Em particular, a sociologia, que estuda os modos de vida dos seres humanos, como se organizam e se modificam, nasce com o objetivo específico de oferecer uma base científica ao estudo das transformações sociais.

Esta ciência, de fato, nascida na Europa entre o final do século XVII e primeira metade do XVIII, emerge de um contexto caracterizado pelo evento da sociedade moderna e do triunfo da ciência. Assim, a sociologia nasce e se desenvolve para responder de modo específico às problemáticas que emergem de uma sociedade em contínua transformação, na qual o capitalismo e o mercado se afirmam, juntamente com as conquistas e a racionalidade da ciência, a partir da ideia de que o mundo seja um lugar sem limites temporais e espaciais.

Desse modo, a sociologia nasce e se desenvolve como resposta e como parte integrante desse processo, chamado por Karl Polany de “A grande transformação”, ocupando-se das relações entre os indivíduos e de como as pessoas são influenciadas em contextos de rápidas mudanças sociais, econômicas e demográficas, bem como da introdução de novas tecnologias e da afirmação da globalização. Processo, este último, que interliga lugares distantes, abrindo novos horizontes e determinando, de um lado, profundas metamorfoses na sociedade e, de outro, um constante clima de incertezas que podem favorecer o nascimento dos particularismos locais. E, aqui, é importante mencionar que, para uma análise crítica da sociedade moderna e da globalização, pode-se ver os textos de Anthony Giddens e as publicações do *Swiss Economic Institute* de Zurique (www.kof.ethz.ch/globalization). Também pode-se ler os textos de Zygmunt Bauman e de Ulrich Beck sobre a globalização e a emergência da insegurança e dos riscos.

Portanto, neste período no qual os equilíbrios consolidados (de ordem social) são enfraquecidos, negando-se a possibilidade de um progresso linear e infinito, há sociólogos que estão estudando a problemática das diferentes vias de desenvolvimento no mundo global.

2. A sociologia e as diversas formas de desenvolvimento

A exigência de uma concepção científica das mudanças e das transformações sociais vinculadas à ordem social, conduz a uma primeira formulação da sociologia na obra fundamental de Augusto Comte, mais precisamente no “Curso de filosofia positiva” (1967), escrita entre 1830 e 1842. Nesta obra, o estudioso de origem francesa propõe definir a ciência social chamada, por Adolfo Quetelet, de “física social”, por uma nova denominação, ou seja, sociologia (1838).

Essa nova ciência, que se distingue da precedente também por não estudar os fenômenos sociais somente do ponto de vista estatístico, estabelece, com sua teoria, as condições para conhecer a sociedade e suas mudanças, não somente como necessidade de adaptação ao mundo, mas também e, principalmente, como necessidade de certezas e estabilidade.

Com Comte, a ciência que se afirmava, tem a tarefa de proceder de modo positivo, certo e sistemático através de três grandes etapas (“Leis dos três estágios”) sucessivas historicamente. A primeira fase, definida de teológica (ou fictícia), culmina na concepção de um Deus único (monoteísmo), na qual as fases dos fenômenos está nos agentes sobrenaturais. Em outros termos, segundo Comte, os fenômenos da natureza são o efeito das ações de seres sobrenaturais e de espíritos particulares que vivem nas coisas da natureza. Esta primeira fase foi substituída pela metafísica (ou abstrata) no século XIV. Nesta segunda fase do conhecimento, a razão ocupa o lugar da fantasia e uma única força universal e abstrata determina os fenômenos. Esta fase termina com a revolução francesa que inaugura a terceira e última etapa do conhecimento, ou seja, o estágio científico (ou positivo). Durante esta última fase, dominada pela maturidade da ciência, servindo-se da razão, analisa as causas dos fenômenos e tenta explicá-las por meio de leis.

Assim, Augusto Comte entende o método científico com um processo que ultrapassa o saber emanado dos indivíduos, explica o desenvolvimento do homem e as suas fases evolutivas mais importantes por meio de leis objetivas. Em particular, entre o final do século XIX e início do XX, os fenômenos sociais podem ser conhecidos aplicando o método próprio das ciências naturais e não são reduzíveis às outras disciplinas; porém, são consideradas, na linguagem daquele que será considerado o pai da sociologia, Émile Durkheim, como fatos sociais. Uma abordagem como esta, para se

afirmar no estudo dos fenômenos sociais, pelo menos na historiografia sociológica corrente, deve a sua utilização não tanto por Augusto Comte, mas à aplicação metodológica de, inicialmente, Émile Durkheim e, depois, de Max Weber (2003).

Em outras palavras, o estudo dos fenômenos sociais com um método científico foi definido no final do século XIX, quando Émile Durkheim publica os seus três trabalhos fundamentais, ou seja, “A divisão do trabalho social” (1977), “As regras do método sociológico” (1963) e “O suicídio” (1969). Desse modo, Émile Durkheim define o objeto da sociologia e da pesquisa empírica, estendendo à sociologia os métodos em uso nas ciências físico-naturais, distinguindo a explicação sociológica de outras ciências, em particular, da psicologia. Isto significa que o método científico caracteriza o conhecimento sociológico e o distingue de outras formas de conhecimento, incluindo aquela representada pelas reflexões feitas por qualquer pessoa sobre a sociedade e as interações dos indivíduos. Em certo sentido, “conhecer” significa, além de se ocupar do objeto do conhecimento, escolher e utilizar de modo sistemático um critério de conhecimento.

Dizer, então, que a sociologia se caracteriza pelo uso do método científico equivale a defini-la como uma disciplina científica ou como uma ciência. A sociologia nasce assumindo o modelo de ciência moderna. Esta última, juntamente com a cultura ocidental, é permeada pela ideia de progresso, ou seja, da ideia de que o presente é melhor que o passado e que o futuro será ou poderá ser ainda melhor. Como consequência, o desenvolvimento (progresso), para a sociologia (do passado), é um processo linear.

Essa ideia que permeou o nascimento das ciências sociais e, em particular, da sociologia, é bem definida por George Simmel, quando sustenta que

[...] os conteúdos do conhecimento, do comportamento, da criação de ideais são transferidos da sua forma fixa, substancial e estável em uma condição de desenvolvimento, de movimento [...], renunciamos à verdade absoluta, que seria contra cada desenvolvimento, e damos crédito à transformação contínua, ao crescimento e à correção do nosso conhecimento, porque o acento colocado na experiência em cada âmbito não significa outra coisa. As espécies dos organismos não valem mais como eternos pensamentos da criação, mas como pontos de passagem de uma eterna evolução. Do inanimado, até as mais altas formações espirituais, encontra-se a mesma tendência; a ciência moderna nos ensina a ver na matéria um infinito de partículas. Das ideias unitários, fundados nas épocas precedentes [...], reconhecemos a sua dependência das condições históricas e da adaptação às suas mudanças [...] (SIMMEL, 2010, p. 75).

Assim, os estudos sociológicos colocam em evidência como é fundamental, em uma sociedade em transformação, pesquisar certezas (BAUMAN, 2003) e ter bons níveis de segurança, condição esta última necessária para o desenvolvimento sustentável de uma

área ou país. Esta exigência, no período da pós-modernidade, está ainda mais forte, quando a crise da modernidade põe a sociedade de frente à contínuas incertezas e aos riscos globais sempre novos.

Em particular, a sociedade pós-moderna, distanciando-se da hipótese de um progresso linear e cumulativo de matriz iluminista, segue uma via do desenvolvimento que não pode ser somente sustentável (responde às necessidades do presente sem se comprometer com as gerações futuras), ou seja, que precisa considerar também a luta contra qualquer forma de exclusão social (vértice mundial sobre desenvolvimento sustentável, Copenhague, 1995). O processo de globalização se, de uma parte, promove o crescimento econômico e o avanço de um estilo de vida *standard* nos países emergentes, de outra parte, cria uma condição de incerteza estrutural nos países europeus (e naqueles desenvolvidos *tout court*); desse modo, cada singular sociedade pode responder somente com uma série de microações praticadas na vida cotidiana pelos atores locais por meio da sua capacidade de governar os recursos territoriais.

3. O desenvolvimento entre globalização e contexto local

A sociedade pós-moderna, na qual as relações sociais em um contexto local são moldadas por o que ocorre à milhares de quilômetros e vice-versa (GIDDENS, 1994), deve ter em conta os processos que ligam as pessoas umas às outras no nível local ou em determinado território (GIDDENS, 1990). Como consequência, as singulares sociedades locais, mesmo sendo diferentes entre si tendo como base distintas reações aos fenômenos globais, conjugam-se na expressão *villaggio globale* (MCLUHAN, 1967), em que a unicidade das relações e a repetitividade resultam conexas entre si por uma relação de interdependência que as integra, contamina (CLIFFORD, 2008) e as reconstrói numa síntese contínua (Robertson [1998] introduziu o conceito de *glocalizzazione* para destacar como as tendências globais agem em contextos locais).

Essa ideia, no quadro de uma análise guiada por uma lógica pragmática, traduz o modelo de desenvolvimento social e econômico quando rebate nas ações dos atores sociais territoriais fortemente enraizados nas realidades particulares, atuando para tentar promover o bem-estar da comunidade da qual fazem parte, no momento em que começam a valorizar as suas redes de interconexões.

Assim, entre os dualismos sociológicos clássicos (indivíduo-sociedade, ação-estrutura, micro-macro) há destaque para aquele que contrapõe o global ao local: de uma parte, permite-se compreender o fenômeno definido por Giddens (1999) como *dis-embedding* (desagregação, desenraizamento) e, ao mesmo tempo, o fenômeno do *re-embedding* (agregação, enraizamento). Este novo dualismo consiste numa oscilação contínua entre os contextos locais e suas interações no movimento mais amplo de reestruturação societária (GIDDENS, 1994), com manifestações de novas formas de enraizamento das relações sociais por meio da valorização do papel da identidade local.

Seguindo essa abordagem, o dualismo global-local assume fisionomia de um processo contínuo no qual as dimensões macro e micro, nas suas interdependências, são essenciais em novas experiências de desenvolvimento. Como consequência, na sociedade contemporânea globalizada, o modelo de desenvolvimento sempre mais deslocalizado é acompanhado pela ideia do desenvolvimento local sempre mais enraizado nos territórios caracterizados por um dinamismo particular, fruto das comunidades fundadas na capacidade de cooperação entre os sujeitos locais: abrem-se novas experiências de construção social da inovação.

E aqui vale a pena mencionar que Trigilia (2005), estudioso do desenvolvimento local, afirma que “dinamismo local” deve ser distinto de “desenvolvimento local”. O desenvolvimento local precisa ter o protagonismo dos sujeitos locais e da cooperação entre atores privados e públicos. Por este motivo, as políticas de desenvolvimento se concretizam por meio de uma “pedagogia” do desenvolvimento social, econômico e político, aumentando-se a participação política e criando-se redes de confiança e de promoção do capital social.

Neste quadro analítico, uma comunidade local pode ser definida como um ator estratégico e privilegiado do desenvolvimento, quando as pessoas são mais envolvidas nos processos decisórios que lhes interessam, colocando-se na condição de colaborar com os diversos atores locais públicos para o bom governo da própria comunidade.

4. A comunidade e o seu papel estratégico para a compreensão do desenvolvimento

Na complexidade da sociedade moderna, a mudança na escala das políticas que deu vida a um novo protagonismo do governo local, desenvolvendo novas arquiteturas

institucionais, foi facilitada pela atração que os indivíduos enfrentam nas relações e redes sociais das comunidades locais, diante da contínua exposição à flexibilidade e fragilidade das interações sociais.

Na “sociedade líquida” (BAUMAN, 2003), as pessoas, com as suas relações incertas e mutáveis, colocam em evidência um processo de individualização, promovendo novas formas de vulnerabilidade e exclusão social e, ao mesmo tempo, com base na “vontade de comunidade” (BAUMAN, 2007), eles também procuram conter a liquidez transbordante do mundo moderno, construindo comunidade sem a preocupação de viver individualmente, com a companhia de outros indivíduos também aflitos pela modernidade (BAUMAN, 2007).

Dáí o conceito de comunidade (local) que está na base da sociologia e das reflexões de seus maiores expoentes (Tönnies, Durkheim, Weber, além de Parsons), como lugar de sociabilidade, solidariedade, afetividade e pertencimento, em oposição à noção de sociedade, fulcro do pensamento sociológico e símbolo da ação racional voltada para um fim utilitário e individualista (VILLA, 2003). A comunidade assume hoje um papel estratégico para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e das condições de vida das pessoas, mesmo que sua ideia – normalmente ligada a um sentido positivo do termo – não é de fácil definição, tanto que a literatura sociológica confirma toda a sua imprecisão conceitual.

A imprecisão conceitual do termo comunidade está bem representada no *Dictionary of Social Sciences*, editado na Itália por Paolo Jedlowski. No Dicionário, em particular, a comunidade é descrita como

um dos conceitos mais vagos e elusivos das ciências sociais que continua a desafiar qualquer definição precisa. [E, novamente] Parte do problema [para a definição de comunidade] surge da diversidade de significados atribuídos ao termo e dos tons emocionais que muitas vezes implica. [E, além disso, essa comunidade] tornou-se uma palavra-chave usada para descrever unidades sociais que vão desde aldeias, grupos familiares e redes de bairros até organizações étnicas, nacionais e internacionais. Em seu nível mais simples, comunidade geralmente denota um grupo de pessoas em uma determinada área geográfica que interagem dentro da estrutura de instituições compartilhadas e que possuem um senso comum de interdependência e pertencimento. No entanto, grupos de pessoas que vivem ou interagem em um mesmo território não constituem uma comunidade em si, principalmente se não se percebem dessa forma. O que une uma comunidade não é a estrutura, mas um estado de espírito: o sentimento de ser uma comunidade. [E conclui afirmando que] Essa dimensão subjetiva torna a comunidade problemática como ferramenta de análise sociológica porque as fronteiras de cada grupo, na perspectiva de seus membros, costumam ser fluídas e impalpáveis (JEDLOWSKI, 1997, p. 107).

Outros valiosos dicionários de ciências sociais também concordam com a dificuldade de definir univocamente a comunidade. Em particular, Luciano Gallino afirma no seu Dicionário que

[...] a rigor, qualquer comunidade – uma nação, uma classe social, uma associação, um grupo religioso, um instituto universitário, a tripulação de um navio – é capaz, em determinados momentos, de assumir a forma de uma C. [comunidade] Mais do que uma comunidade concreta, a C. [comunidade] é, portanto, um estado particular que toda comunidade pode assumir temporariamente (GALLINO, 2006, p. 267).

E, neste contexto, o Dicionário de Sociologia editado por Ilaria Ruccioni também dá conta da complexidade e evolução histórica no significado do termo comunidade:

Inicialmente considerado como uma totalidade, uma entidade substancial que Ferdinand Tönnies (1887) opôs à sociedade, hoje a comunidade é vista como um conjunto de relações sociais complexas cuja natureza e orientações são examinadas em quadros específicos: religiosos, económicos, científicos etc. (RICCIONI, 2008, p. 84).

Seguindo a imprecisão conceitual do termo comunidade, observamos que Luciano Gallino, em seu Dicionário de Sociologia, representa a comunidade como “[...] qualquer coletividade [...]. Mais do que uma coletividade concreta, a C.[comunidade] é, portanto, um estado particular que toda coletividade pode temporariamente assumir” (GALLINO, 2006, p. 267).

Nessa linha, outros cientistas sociais se empenham na árdua tarefa de definição, destacando a importância das suas características. Nesse caso, Arnaldo Bagnasco, em seu texto “Rastros de comunidade” (1999), além de apresentar o uso feito do termo comunidade pelos fundadores da mesma, define suas características mais relevantes, como identidade, reciprocidade e confiança. Também podemos dizer que o seu alvorecer na sociedade contemporânea, em que as comunidades locais em seus territórios, como instrumentos operacionais, conseguem promover o bem-estar e o desenvolvimento. Este último, além de ser gerado por ações realizadas em locais fisicamente distantes do território de referência, também, e sobretudo, é resultado da participação dos atores locais, bem como da sua capacidade de implementar práticas cooperativas e de governar os recursos territoriais.

5. Desenvolvimento local entre localismo e dinamismo inovador

A tipologia de desenvolvimento local, presente na lógica *bottom-up*, tem origem na participação social ativa da população, o que indica uma gestão local dos recursos através da partilha de políticas entre decisores, implementadores e atores envolvidos nas ações no cumprimento do autogoverno e das relações de negociação global-local.

No entanto, esta perspectiva de governança capaz de ganhar forma e substância a partir da participação ativa e autônoma das pessoas e dos vários atores públicos (GRIGNOLI, 2017) não ocorre em qualquer lugar e, mesmo quando ocorre, não se manifesta da mesma forma, tanto que pode, inclusive, produzir uma possível hegemonia de uma determinada comunidade sobre outra, pondo em movimento ou intensificando dinâmicas conflituosas e defensivas do local *versus* extralocal, com risco de implementação de políticas localistas. E, no âmbito das políticas de desenvolvimento, a aposta no localismo (veja-se, por exemplo, o argumento de Mariella Nocenzi no seu artigo publicado nos *Quaderni di Sociologia*, “Localismo político e globablização”) é particularmente perigosa, pois impede que os territórios reconheçam as vantagens comparativas de que dispõem e, ao mesmo tempo, constrói inevitavelmente comunidades identitárias e orientadas para a exclusão de tudo o que não é um recurso endógeno.

A participação ativa dos atores é possibilitada pela descentralização e pela tendência a uma maior descentralização institucional da própria política, numa lógica de governo que não é mais hierárquica, mas ancorada territorialmente. Estas chamadas abordagens de base local tendem a mobilizar conhecimentos e atores locais para o desenvolvimento de intervenções integradas.

Assim, a proteção da identidade de uma comunidade, mais do que representar um elemento estratégico para a construção de uma política de desenvolvimento local, torna-se um obstáculo à “boa” valorização do endógeno, ativando todos os sistemas de defesa, medo, de reação e fechamento da própria comunidade. E é nesse conjunto de sentimentos, que surge como forma de resistência à globalização (FANTOZZI, 1998), que se enraízam as políticas de exclusão do localismo, marginalizando aqueles que não pertencem àquele lugar, desde suas origens até certa comunidade específica. A exclusão torna-se a nova fronteira dentro da comunidade.

No entanto, o localismo não faz sentido existir, pois as comunidades são o resultado de relações sociais que, por sua natureza, são mutáveis e podem produzir algo novo a qualquer momento. Assim, é preciso ir além do localismo e caminhar para dinâmicas que, mesmo que difíceis de serem praticadas, sejam capazes de produzir inovação para o desenvolvimento local.

Estas dinâmicas resultam de um investimento social, traduzindo-se numa maior coesão social; não levam a comunidade a construir redes fechadas, mas permitem que as pessoas da comunidade aprimorem suas habilidades e especificidades, de forma a **co-construir o sistema local**, integrando-se entre si e com as dinâmicas fora do contexto local. Assim, esta ação dinâmica e inovadora de integração entre os laços de pertencimento (produtores de coesão social), e de não pertencimento (possivelmente responsáveis por conflitos), assume um papel essencial num percurso de desenvolvimento local. Além disso, o dinamismo social das comunidades também é criador de caminhos inovadores de desenvolvimento.

Em particular, a comunidade local, graças ao forte intercâmbio com o mundo exterior, reorganiza-se de forma sempre nova, ativando redes de relações entre sujeitos visando objetivos de desenvolvimento compartilhados. Esse patrimônio de redes de troca e cooperação que aumenta de tempos em tempos, chamado de capital social, como um conjunto de relações sociais que mantém a sociedade coesa (COLEMAN, 2005), já constitui um recurso em si e é fundamental para reunir diferentes capitais disponíveis para uma comunidade e seu desenvolvimento que, desta forma, se dá de forma alternativa e equilibrada.

6. A modo de conclusão. A co-criação do desenvolvimento local

Na sociedade contemporânea, como argumentado nos parágrafos anteriores, não é mais possível observar a evolução da sociedade exclusivamente por meio do crescimento do capital material (capitalismo moderno), mas é mais realista considerá-la como um processo do capitalismo pós-moderno que vincula o caráter econômico às diferentes potencialidades das comunidades locais em que ocorre.

Essa concepção do processo de desenvolvimento, que se inscreve no amplo debate internacional sobre a crítica ao Produto Interno Bruto (PIB) e sua superação como único

parâmetro para avaliar o bem-estar de uma sociedade, leva à descoberta de uma vasta gama de recursos e capacidades intangíveis. Entre estes recursos intangíveis, as múltiplas manifestações do capital social (confiança, sentido de obrigação e responsabilidade com os outros e as instituições, solidariedade e participação) que geram diversos benefícios para a comunidade conduzem também à promoção de uma abordagem ascendente do bem-estar, especialmente em algumas áreas mais periféricas (internas) do país – Itália - que mostram sinais de fragilidade nas práticas de desenvolvimento *tout court*.

A perspectiva de um desenvolvimento participativo pode ser definida como revolucionária ao considerar o indivíduo não apenas como uma pessoa com necessidades, mas também com recursos que são acionados espontaneamente para responder às necessidades. Assim, cada pessoa constitui um recurso para a prossecução de projetos de vida próprios e comunitários e para a satisfação das necessidades expressas desde baixo após uma lenta reflexão comunitária (MCKNIGHT e KRETZMANN, 1990).

Essa ideia de desenvolvimento, que pode ser definida como **co-criativa**, tem como fundamento o aspecto relacional e contextual (se pensa nas orientações da Escola de Chicago) e em seu fazer pretende reafirmar a crença de que o tecido social, marcado pelo diálogo (FERRUCCI, 2010) e pela colaboração espontânea, conduz à produção de bens comuns (DONATI e COLOZZI, 2005) e, desta forma, contribui para sustentar a estrutura institucional da sociedade civil e da seguridade social (GRIGNOLI, 2017).

As relações sociais dotadas dessas características espontâneas podem dizer respeito à círculos particulares de sujeitos ou estender-se a uma pluralidade mais ampla de indivíduos. Nesse sentido, pode-se dizer que o capital social é capaz de desempenhar funções de vínculo quando é produzido dentro de um grupo ou círculo social definido ou funções de ponte quando é capaz de desencadear conexões do grupo com o exterior (DONATI, 2007). Redes informais em que as relações são dirigidas (face a face) como nas relações familiares, parentais e comunitárias (relações de vizinhança), capital associativo (terceiro setor) e capital generalizado (relações com o Estado e instituições públicas), podem tornar possível a difusão da cultura da subsidiariedade.

O modelo visa o empoderamento das comunidades, valorizando as suas forças e recursos potenciais, ou seja, aqueles que a comunidade possui mas não são reconhecidos em que o motor social (associações sem fins lucrativos, instituições e redes informais) se torna também o principal vetor de desenvolvimento econômico (PROVASI, 2004).

Na tradução operacional prática, o modelo exige a análise de patrimônios, recursos naturais e econômicos, presença de associações, instituições, espaços e lugares físicos, bem como a organização de grupos a partir da identificação de eventuais lideranças (cidadãos particularmente motivados, presentes na área e que tenham vontade de ser o porta-voz de pedidos e propostas). Além disso, é necessário mapear e construir uma visão e um planejamento compartilhados dentro da comunidade (MCKNIGHT e KRETZMANN, 1990) e desencadear um processo ético e eficaz capaz de satisfazer as necessidades humanas materiais e imateriais, ativando e/ou fortalecendo as relações sociais entre os indivíduos e grupos, possibilitando o empoderamento que desencadeia mudanças no contexto macro de baixo para cima. Todas essas iniciativas socialmente inovadoras devem criar simultaneamente novas relações e colaborações sociais (Bureau of European Policy Advisers-BEPA, 2011).

No entanto, a inovação social não se caracteriza apenas pela colaboração entre atores do setor público, privado e sem fins lucrativos, mas favorece a aproximação de atores que operam em diferentes níveis institucionais (BEPA, 2011), “favorecendo assim novas formas de governança que sejam multiatores e multiníveis” (MAINO e FERRERA, 2017, p. 24). Quando as oportunidades de melhoria das condições de vida não encontram soluções satisfatórias no campo institucionalizado da ação pública ou privada, os problemas de pobreza, exclusão, segregação e privação se voltam para processos de inovação social (MOULAERT et al., 2013).

Assim, os objetivos estratégicos do modelo co-criativo de desenvolvimento de cunho social acompanham os *Social Impact Investments*, ou seja, o conjunto de investimentos que visa produzir, também com recursos públicos, além de ganhos econômicos significativos, efeitos sociais positivos para as comunidades.

Referências

- BAGNASCO, A. **Tracce di comunità**. Bologna: Il Mulino, 1999.
- BAUMAN, Z. **Dentro la globalizzazione**. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernità liquida**. Roma-Bari: Laterza, 2003.
- BAUMAN, Z. **Voglia di comunità**. Roma-Bari: Laterza, 2007.

- BECK, U. **Che cosa è la globalizzazione**. Roma: Carocci, 1999.
- BEPA - Bureau of European Policy Advisers. European Commission. **Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011. DOI: 10.2796/13155
- CESAREO, V. (Ed.). **Globalizzazione e contesti locali**. Milano: FrancoAngeli, 2001.
- CLIFFORD, J. **Strade Universale**. Torino: Bollati e Boringhieri, 2008.
- COLEMAN, J. S. **Fondamenti di Teoria Sociale**. Bologna: Il Mulino, 2005.
- COMMISSIONE EUROPEA. Disponível em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1044&langId=en>.
- COMTE, A. **Corso di Filosofia Positiva**. Torino: Utet, 1967.
- DONATI, P.; COLOZZI, I. (Ed.). **La sussidiarietà**. Che cos'è e come funziona. Roma: Carocci, 2005.
- DONATI, P. L'approccio relazionale al capitale sociale. **Sociologia e Politiche Sociali**, 10, n. 1, p. 9-40, 2007.
- DURKHEIM, E. **Le regole del metodo sociologico**. **Sociologia e filosofia**. Milano: Ed. di Comunità, 1963.
- DURKHEIM, E. **Il Suicidio**. Milano: Ed. di Comunità, 1969.
- DURKHEIM, E. **La divisione del lavoro sociale**, Milano: Ed. di Comunità, 1977.
- FANTOZZI, P. **Globalizzazione e localismo**: alle radici delle trasformazioni della politica, in Studi di Sociologia. Anno 36, Fasc. 1, La società della globalizzazione : regole sociali e soggettività. (Gennaio –Marzo)), p. 5-19, 1998.
- FEATHERSTONE, M. (Ed.). **Global Culture**. London: Sage, 1990.
- FEATHERSTONE, M.; LASH, S.; ROBERTSON, R. (Ed.). **Global Modernities**, London: Sage.
- GALLINO, L. **Globalizzazione e diseguaglianza**. Roma-Bari: Laterza, 2000.
- GALLINO, L. **Dizionario di Sociologia**. Novara: UTET, 2006.
- GEERZ, C. **Mondo globale, mondi locali**, Bologna: Il Mulino, 1999.

- GIACCARDI, C.; MAGATTI, M. **La globalizzazione non è un destino**, Roma-Bari: Laterza, 2001.
- GIDDENS, A. **Le conseguenze della modernità**. Bologna: Il Mulino, 1994.
- GIDDENS, A. **Identità e società moderna**. Napoli: Ipermedium, 1999.
- GRIGNOLI, D. L'uomo artigiano per una rinascita dello sviluppo. In: FEDERICI, M. C.; FORNARI, S. (Ed.). **Ripensare il fare**, Torino: L'Harmattan, 2013.
- GRIGNOLI, D. Welfare e percorsi di innovazione. In: BARBA, D.; GRIGNOLI, D. (Ed.). **Welfare rights e Community care**. Rischi e opportunità del vivere sociale. Napoli: Edizioni scientifiche italiane, 2017.
- GYGLI, S.; HAELG, F.; POTRAFKE, N.; STURM, J. E. (2018), The KOF Globalisation Index – Revisited. **Review of International Organizations**, 14(3), 2018. 543574 <https://doi.org/10.1007/s11558-019-09344-2>
- HUNTINGTON, S. **Lo scontro di culture**. Milano: Rizzoli, 1998.
- JEDLOWSKI, P. (Ed.). **Dizionario delle scienze sociali**. Milano: Il Saggiatore, 1997.
- KLEIN N. **No Logo**. Milano: Baldini e Castoldi, 2001.
- MAINO, F.; FERRERA, M. (Ed.). **Terzo Rapporto sul secondo welfare in Italia 2017**. Torino: Centro di Ricerca e Documentazione Luigi Einaudi, 2017.
- MCKNIGHT, J. L.; KRETZMANN, J. P. **Mapping community capacity**. Centre for Urban Affairs and for Policy Research, Northwestern University, 1990. Disponível em: https://mn.gov/mnddc/parallels2/pdf/90s/90/90-MCC-McKnight_Kretzmann.pdf
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; MEHMOOD, A; HAMDOUCH, A. **The international Handbook on social innovation: collective action, social learning, and transdisciplinary research**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.
- NOCENZI, M. Localismo politico e globalizzazione. **Quaderni di Sociologia**. 2001. Disponível em: <http://journals.openedition.org/qds/1320>. DOI : 10.4000/qds.1320.
- PIZZO, A. (Ed.). **Un altro mondo in costruzione**. Milano: Baldini e Castoldi, 2002.
- POLANY, K. **La Grande Trasformazione**. Torino: Einaudi, 1974.
- POLANY, K. **Economie primitive arcaiche e moderne**, Torino: Einaudi, 1980.
- PROVASI, G. (Ed.). **Lo sviluppo locale: un nuova frontiera per il non profit**, Milano: Franco Angeli, 2004.

RICCIONI, I. (Ed.). **Dizionario di Sociologia**. Roma: Gremese, 2008.

RITZER, G. **Il mondo alla MacDonald**. Bologna: Il Mulino, 1997.

ROBERTSON, R. **Globalizzazione**. Trieste: Aserios, 1999.

SASSEN, S. **Città globali**. Bologna Il Mulino, 1997.

SIMMEL, G. **Denaro e vita**. Senso e forme dell'esistere. Milano: Mimesis, 2010.

STIGLITZ, E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. **La misura sbagliata delle nostre vite**. Perché il PIL non basta più per valutare benessere e progresso sociale, Milano: Etas, 2010..

TRIGILIA, C. **Sviluppo locale**: un progetto per l'Italia, Roma-Bari: Laterza, 2005.

VILLA, F. **Lezioni di politica sociale**. Milano: Vita e Pensiero, 2003.

WEBER, M. **Il metodo delle scienze storico-sociali**. Torino: Einaudi, 2003.

Recebido em 27/09/2022 Aceito para publicação em 22/12/2022
--